



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

MINIUSINAS DE LEITE COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Milk mini-plants as alternative for regional development

Eliene Cristina Barros Ribeiro¹, Oriowaldo Queda²

RESUMO

Objetivou-se com este trabalho avaliar as miniusinas de leite como proposta de políticas, visando a geração de renda e emprego em âmbito local/regional, a partir do melhoramento do desempenho da produção dos produtores familiares e a qualidade do produto destinado ao consumidor. Buscou-se a discussão teórica conceitual de diversos autores encontrados na literatura de maneira a incorporar alguns elementos-chave que configurassem uma análise adequada da proposta em questão. Os dados foram obtidos mediante entrevistas padronizadas aplicadas aos produtores de nove estabelecimentos localizados no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Araraquara/SP, que fazem parte da bacia leiteira de Ribeirão Preto, localizada no interior do estado de São Paulo, e a produtores de uma mini-usina considerada modelo, localizada na EDR de Piracicaba/SP. Os resultados indicaram que este tipo de atividade é constantemente citado como uma das alternativas para reduzir a comercialização de leite e derivados de maneira informal, bem como aumentar a rentabilidade do produtor familiar. Assim, este estudo apontou as dificuldades encontradas pelos produtores para obtenção de crédito, registros e legalização desse tipo de empreendimento, comercialização dos produtos e assistência técnica, o que contribui para a permanência dos mesmos na informalidade.

Palavras-chave: laticínios, produção familiar, informalidade.

ABSTRACT

This paper aims to evaluate milk mini-plants as policy proposals, targeting the generation of income and employment in local/regional bounds. Thus, it will be possible to improve the production efficiency of the home producers and the quality of the product to the consumer. Theoretical concept discussions among several related authors found in the literature in order to incorporate some key elements which might configure a proper analysis of the proposal. The data were obtained through standard interviews applied to producers from nine establishments found in the Rural Development Office (RDO) of Araraquara/SP, which is branch of milk basin of Ribeirão Preto, localized in the countryside of the state of São Paulo, and to producers from a milk mini-plant regarded as a model, placed in the RDO of Piracicaba/SP. The results show that this type of activity has been constantly quoted as an alternative to reduce the trading of milk and dairy products in an informal way, as well as to increase the profitability of home producer. So this study pointed the complications found by the producers to obtain credit, registry and legalization of this type of enterprising, products trading and technical assistance, which leads them to remain in business informality.

Key words: dairy products, home production, informality.

1 INTRODUÇÃO

A pecuária leiteira é praticada em todo território brasileiro. As condições edafoclimáticas do país permitem a adaptação da atividade às peculiaridades regionais observando-se a existência de diversos sistemas de produção. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), os estados que mais produzem leite são, respectivamente, Minas Gerais (6.629 milhões/l/ano), Goiás (2.538 milhões/l/ano), Paraná (2.394 milhões/l/ano), Rio Grande do Sul (2.365 milhões/l/ano), e São Paulo (1.739 milhões/l/ano).

O atraso histórico e a urgente necessidade do setor fazer-se competitivo, dada a pressão para abertura de

mercado, são dois dos fatores considerados para explicar as aceleradas transformações que envolveram a produção, o processamento e a distribuição de leite no país. Tais mudanças ocorreram na verdade em âmbito mundial, mas elas se mostraram mais agudas nas economias emergentes, especificamente em situações de necessidade urgente de crescimento. As mudanças na produção, processamento e distribuição de leite no país também afetaram a capacidade produtiva e a geração de renda dos produtores familiares (GERLACH, 2004).

Segundo Herrera (2001), até o início da década de 90, o governo federal intervinha diretamente na cadeia produtiva do leite, controlando as importações e regulando, de forma diferenciada, os preços dos produtos lácteos. O

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA e professora da Faculdade de Imperatriz – FACIMP – Rua Dom Cesário, 104 – B. Maranhão Novo – Imperatriz, MA – 65900-000 – elienebr@hotmail.com

²Professor aposentado da ESALQ/USP e professor do Mestrado da UNIARA – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara, SP – 14801-320 – oqueda@esalq.usp.br

Recebido em 22/03/06 e aprovado em 18/07/07

leite pasteurizado tipo “C”, por ser o produto lácteo de maior importância para a cesta básica da população, era tabelado desde a produção até a comercialização.

A partir da década de 90, ocorreram transformações no ambiente institucional da cadeia produtiva do leite, cujas principais mudanças foram a liberalização dos preços em todos os elos da cadeia produtiva e a abertura comercial (ficando a cargo das empresas a decisão de importar derivados lácteos). As transformações redefiniram os padrões de concorrência na cadeia produtiva, causando transtornos aos produtores e laticínios (VIEIRA, 1999).

No elo industrial, assistiu-se aos avanços de empresas privadas – principalmente as transnacionais – em movimento de aquisição ou incorporação de empresas privadas nacionais e cooperativas que, historicamente, tiveram grande importância na recepção e abastecimento do mercado de leite pasteurizado. Apesar dessa grande concentração, tem surgido, no estado de São Paulo, alternativas como as miniusinas de leite. Elas são definidas como usinas processadoras de até 10.000 l/dia, podendo processar a produção oriunda de diversas propriedades rurais. Essas miniusinas são compostas, na maioria dos casos, por produtores familiares de leite que querem, de alguma forma, agregar valor à matéria-prima, pasteurizando o leite ou produzindo derivados como queijos, iogurtes e doces (CIPOA, 2004).

A abertura das miniusinas de leite foi estimulada como alternativa de solução do problema da comercialização do leite informal, uma vez que os produtores familiares recebiam um preço baixo pelo seu produto, pago por indústrias privadas nacionais, transnacionais e cooperativas. Diante disso, acabavam optando por vender o leite de maneira informal, diretamente a consumidores finais, chegando a receber até 120%³ a mais pelo produto (CAMPEÃO, 2004). Outro estímulo para criação das miniusinas foi o barateamento da tecnologia necessária ao processamento do leite *in natura*, o pasteurizador. Há no mercado equipamentos de baixo custo que podem dar conta da pasteurização de 500 a 10.000 l/leite/dia. Além disso, a Lei Federal nº 7.889/89 (novembro de 1989) dá aos estados a competência para inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal (OLIVEIRA et al., 1999). A implantação de miniusinas de leite é sempre citada como uma das alternativas para diminuir a produção e a comercialização de leite e derivados de maneira informal e, também, para aumentar a rentabilidade do produtor familiar. Artigos como os de Herrera (2001), Miranda (1999) e Vieira (1999) apontam casos de sucesso nesse tipo de empreendimento.

De um lado, este estudo revela o potencial do impacto da atividade na vida dos produtores familiares e da aceitação dos produtos dessas miniusinas pelos consumidores. Por outro lado, constata-se as dificuldades encontradas pelos produtores na obtenção de crédito, legalização dos empreendimentos, comercialização dos produtos (poder de barganha) e assistência técnica.

Com este estudo, objetivou-se avaliar as miniusinas como propostas de políticas que possam levar à geração de renda e empregos no âmbito local/regional, visando melhorar o desempenho da produção dos produtores familiares e a qualidade do produto destinado ao consumidor. Foram entrevistados proprietários de cinco miniusinas de leite localizadas nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Araraquara, no período de abril a setembro/2005. Quatro dessas miniusinas continuam em pleno funcionamento e uma teve suas atividades paralisadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo - SISP. Essas miniusinas estão localizadas respectivamente nas cidades de São Carlos, Ribeirão Bonito, Descalvado, Tabatinga e Matão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A produção familiar

A promoção da produção familiar, como política estratégica de desenvolvimento rural, pode apresentar muitas vantagens à sociedade brasileira. É o que mostra tanto a experiência histórica das nações mais avançadas, quanto a própria avaliação dos dois principais modelos de produção agropecuária existentes no Brasil, tanto o familiar quanto o patronal (FAO, 1996).

A produção familiar, protegida em outras nações e pouco valorizada no Brasil, poderia apresentar-se como alternativa ao abastecimento e à redução das tensões no campo e na cidade, dado o quadro de miséria e desemprego que tem assolado o país. Se os estabelecimentos conduzidos pelo esforço familiar recebessem o apoio técnico e instrumentos de crédito, poderiam, com certeza, mudar o quadro que se apresenta no campo e nas mesas do país (FAO, 1994).

³No período de junho a setembro/2005, o valor do leite pago, pelos laticínios, aos produtores variava entre R\$ 0,44 e R\$ 0,46 o litro. Esse leite era vendido informalmente pelos produtores diretamente ao consumidor final por um valor entre R\$ 0,90 a R\$ 1,00 o litro.

Caracterizada por utilizar basicamente a força de trabalho dos membros da família, a produção familiar representa um segmento importante no campo brasileiro. Há municípios atendidos por projetos em que os produtores familiares produzem para seu próprio consumo e comercializam o excedente. Isso faz com que a renda obtida circule no comércio local, aumentando a arrecadação das prefeituras e gerando empregos diretos e indiretos.

Essa é uma das vantagens da produção familiar, o estímulo à economia local, por meio de melhor distribuição de renda, tornando-se um instrumento de política de combate à pobreza e reduzindo as distâncias sociais (CALDART, 2000).

Para Monte (1999), na economia familiar, a família constitui a unidade social de trabalho e exploração da terra, sendo os produtos, em geral, utilizados para satisfazer as necessidades essenciais da vida, caracterizando-se a família por ser ao mesmo tempo unidade produtora e consumidora.

A transformação/beneficiamento de produtos e subprodutos da produção familiar coloca-se como uma das mais importantes alternativas de promoção de desenvolvimento rural sustentável. Muito utilizada para conservação dos alimentos, autoprovisionamento das famílias e comercialização dos excedentes, ela é parte da história e da cultura desses agentes. A produção de alimentos minimamente processados passa a ser encarada como uma alternativa determinante, em muitos casos, para a própria realização de inúmeras pequenas propriedades (OLIVEIRA et al., 1999). Utilizando tecnologias (equipamentos e instalações) adaptadas, a agroindústria de pequeno porte proporciona meios efetivos de manutenção do homem do campo. Situada na propriedade agrícola ou nas suas proximidades, tem a capacidade de aumentar a renda das famílias a ela ligadas, pela agregação de valor aos produtos agropecuários; gerar postos de trabalho no meio rural; abastecer os mercados locais e regionais, colocando rapidamente à disposição dos consumidores produtos de qualidade a preços compatíveis, além de elevar a arrecadação municipal pelos impostos gerados (MIRANDA, 1999). Soa estranho pensar e escrever sobre o local quando só se fala em globalização, blocos econômicos e macropolíticas. Na verdade, é preciso entender que quanto mais a economia se globaliza mais a sociedade tem também necessidades em criar suas âncoras locais (CALDAS, 2001). Conforme nos lembra Santos (1999, p. 10), a esperança

reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social, onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares, exceto naqueles em que ocorrem efetivamente. Não podemos nos conter com um pensamento alternativo. Precisamos de um pensamento alternativo de alternativas. [...] na teoria crítica moderna foi sempre fundamental a idéia de espera, pois só com esta atitude é possível manter em aberto a possibilidade de alternativas creditáveis [...].

A atividade agropecuária é, reconhecidamente, essencial para a produção de alimentos e de produtos de primeira necessidade para o bem-estar humano. Ela gera inúmeros desafios. De maneira geral, esses desafios são colocados tanto para governos e sociedade como para os produtores e podem ser considerados a partir de quatro vertentes básicas (DUARTE, 1998):

- a) desafio ambiental - o desafio consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não-renováveis seja mínima;
- b) desafio econômico - considerando que a agropecuária é uma atividade capaz de gerar, a curto, médio e longo prazos produtos de valor comercial, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios, que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto no mercado;
- c) desafio social - considerando a capacidade da agropecuária de gerar empregos diretos e indiretos, e de contribuir para a contenção de fluxos migratórios, que favorecem a urbanização acelerada e desorganizada, esse desafio consiste em adotar sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural e que ele disponha de condições dignas de trabalho com remuneração compatível à sua importância no processo de produção;
- d) desafio tecnológico - considerando que a agropecuária é fortemente dependente de tecnologias para o aumento da produção e da produtividade, e que muitas tecnologias, sobretudo aquelas intensivas em capital, são causadoras de impactos ao ambiente, urge que se desenvolvam novos processos produtivos em que as tecnologias sejam menos agressivas ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produtividade.

2.2 Desenvolvimento regional

Sabe-se desde muito que o desenvolvimento regional/local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar este tipo de desenvolvimento. “O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” (MILANI, 2002, p. 1).

A identidade regional, não deve ser entendida como algo que simplesmente existe devido a uma determinada conjugação de fatores e circunstâncias, mas, sim, como algo que é construído historicamente. Ela surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais que fazem com que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam ter, também têm fortes afinidades e interesses em comum. Sem essa identidade, uma região constitui-se apenas no resultado de uma segmentação arbitrária do território, não podendo ser considerada um verdadeiro ente social.

Como registra Boisier (1995, p. 47-48):

a planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, visto ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa, por vezes, mas comunidade, enfim, locacionalmente específica e diferenciada. Sem a participação da região como um verdadeiro ente social, o desenvolvimento regional consiste apenas — como mostra a experiência histórica — em um procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de regiões.

É indispensável que haja um bom diagnóstico das dinâmicas regionais (de cada realidade regional), no que diz respeito às cadeias produtivas de cada região. Apesar das potencialidades de cada região, no Brasil a agricultura familiar encontra-se ainda limitada por problemas e dificuldades, tais como, ausência ou debilidade das políticas diferenciadas de desenvolvimento econômico que apoiem o segmento; tecnologias agropecuárias

inadequadas às circunstâncias do agricultor familiar; relação desfavorável insumo/produto; falta de conscientização por parte desses produtores e da capacidade de que dispõem para melhorar as condições de produção e bem-estar familiar; deficiente ou nenhum nível de organização (Embrapa, 1998).

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Miniusina A

A miniusina A está localizada a 17 km do município de São Carlos/SP, na zona rural e foi fundada no ano de 1994. A idéia de se montar a miniusina surgiu a partir da necessidade de agregar valor ao leite produzido na própria propriedade rural, uma vez que o valor pago pela cooperativa que recebia o leite era muito baixo, e, às vezes, nem cobrindo os custos de produção. Diante dessa situação, sendo a atividade leiteira a única fonte de renda da família, começou-se a comercializar, de maneira informal, leite cru e queijos produzidos na propriedade. Esses produtos eram comercializados na cidade de São Carlos, tanto para consumidores finais quanto para pequenos pontos de venda, no varejo. À medida que a atividade foi crescendo e se solidificando, os dois filhos e uma nora do proprietário da propriedade rural deixaram o emprego na cidade de São Carlos e foram trabalhar no laticínio que, até então, era clandestino. Com o aumento da demanda, resolveram regularizar a atividade, criando uma miniusina, com registro no SISP.

Quando a miniusina foi registrada, a estrutura física já estava pronta conforme as normas do SISP, o que facilitou no momento em que houve a decisão de se registrar a atividade.

Enquanto trabalhamos na informalidade houve tempo e capital para se investir na estrutura física do laticínio, que conta atualmente com cinco funcionários contratados mais os quatro sócios (eu, dois filhos e uma nora), sendo que eu (pai), cuido mais da administração da fazenda. O sonho de beneficiar o leite produzido na propriedade já era antigo.

Ao longo do período estudado, a produção é quase exclusivamente de pecuária leiteira, tendo algumas galinhas poedeiras e horta para consumo próprio da família. A coleta de leite é feita por ordenhadeira mecânica, realizada com mão-de-obra contratada. A alimentação do gado consiste em pastagem nativa, silagem seca e ração balanceada no inverno.

No período pesquisado, o laticínio processava 3.500 litros/dia de leite, dos quais 600 l/dia era produção própria e 2.900 l/dia eram provenientes de pequenos produtores da região de Araraquara. O laticínio possui dois caminhões abertos para fazer a coleta em cinco rotas diferentes, e coletam o leite em latões. Conforme os proprietários, a miniusina está se preparando financeiramente para adquirir tanques de resfriamento que serão instalados em pontos estratégicos para os produtores de leite. Segundo os proprietários do laticínio, será investido uma média de R\$100.000,00 pois, além dos resfriadores, o laticínio precisará adquirir um caminhão fechado e refrigerado para a captação do leite e capacitar o motorista para proceder às análises de qualidade no momento da coleta do leite. Eles desconhecem linha de crédito com juros acessíveis para tal investimento. Quanto ao valor pago pelo litro de leite aos produtores não haverá nenhum acréscimo, em virtude do grande investimento realizado pelo laticínio e, também, porque, pelo valor de mercado, não está havendo diferencial no preço do leite granelizado. Será pago um acréscimo apenas ao produtor onde o tanque ficará instalado. Conforme os proprietários, na época da seca do ano de 2005, o mercado reagiu muito. Nesse episódio, o preço do leite pago ao produtor caiu, em época em que os preços aos produtores deveriam subir, e isso, devido ao aumento da oferta de leite nos principais estados produtores, e devido ao crescimento das importações. "Não temos a intenção de baixar o preço pago aos produtores, a menos que o mercado nos force a isso, isso não é justo".

O laticínio, no período pesquisado pagava aos produtores um preço médio de R\$0,48 pelo litro de leite (valor líquido), assumia as despesas com frete e fornecia assistência técnica (veterinário do laticínio).

Esses produtores que nos fornecem leite são fiéis ao laticínio desde o ano de 1994, quando começamos a comprar leite de terceiros. Sempre procuramos orientá-los quanto às estratégias das grandes empresas que atuam comprando leite em nossa região, que pagam um valor alto pelo litro de leite ao produtor, mas com a finalidade de falir os pequenos e comprar os médios e grandes laticínios, como está acontecendo na região de São Carlos, mas depois começam a ditar novamente o preço do leite ao produtor, que não dá nem para cobrir os custos.

A miniusina começou a produção apenas com leite pasteurizado tipo C e queijos tipo Minas Frescal, mas atualmente produz também bebida láctea, iogurte, ricota e leite pasteurizado tipo B. Tem projetos para produzir

manteiga, requeijão e doce de leite, mas para isso, precisa-se investir em outros ativos.

A empresa tem um canal de comercialização conquistado pela boa aceitação da marca nas cidades de São Carlos, Ibaté e Araraquara. Os produtos são entregues a padarias, supermercados diversos, restaurantes, hotéis, sorveterias e Prefeitura de São Carlos. Segundo os proprietários, "a prefeitura podia incentivar ainda mais os pequenos laticínios, não permitindo que laticínios de outras regiões participassem das licitações". A distribuição dos produtos ao varejo é terceirizada, feita em caminhões fechados e refrigerados. O laticínio toma o cuidado de recomendar às pessoas, responsáveis pela distribuição, que façam um trabalho com os proprietários de pontos de venda, a fim de não deixarem os produtos nas caixas fora da geladeira, para não comprometer a qualidade dos mesmos.

Quanto a incentivos políticos, a prefeitura de São Carlos organizou a Associação da Agricultura Familiar, onde são comercializadas frutas, legumes, verduras, leite e derivados provenientes da produção familiar. Parte do dinheiro investido nesse projeto é proveniente de empréstimo junto ao Banco do Brasil e parte é de recursos próprios. Existem algumas linhas de crédito do governo, mas são voltadas aos produtores familiares, para que invistam na propriedade e na agregação de valor aos produtos, tais como o Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP), que é do estado de São Paulo e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O FEAP tem financiamentos com juros de 4% ao ano e o prazo de pagamento varia entre dois a quatro anos. Sendo para miniusina de leite, dispõe de um valor máximo de R\$100.000,00, e o financiamento é realizado junto à Associações e Cooperativas, majoritariamente constituídas por pequenos produtores, com prazo para pagamento de até 3,5 anos com carência de seis meses. Destina-se aos agricultores familiares da agricultura paulista, que podem contar com condições mais favoráveis, em custos financeiros e prazos, que as vigentes no sistema oficial de crédito rural. Assim, esses produtores poderão desenvolver e aprimorar a sua produção agropecuária. Através desse apoio do governo, as pequenas agroindústrias podem agregar valor à sua produção agropecuária, propiciando elevação de ganho de renda e um mercado regionalizado para seu produto. Os programas do Banco do Brasil, excetuando-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) têm juros de 8,75% mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), o que chega a um total de quase 10,5% ao ano.

Já o Pronaf, que na região sudeste está vinculado ao Banco do Brasil, tem como um de seus principais objetivos a redução da pobreza que atinge os agricultores familiares no Brasil. O programa busca assegurar acesso ao crédito aos pequenos produtores de forma barata, além de integrá-los a outras políticas de desenvolvimento rural, como suporte ao desenvolvimento de infra-estrutura e assistência técnica. É dividido em diversos grupos, existindo também financiamentos para agropecuária e investimentos para implantação, recuperação, ampliação e modernização de unidades agroindustriais. Abramovay & Piketty (2005) afirmam que a existência, no Brasil, de bancos comerciais pertencentes ao Estado, abriu um caminho de intermediação financeira ao qual os bancos privados dificilmente adeririam. Entretanto, o predomínio, no Banco do Brasil, de uma lógica estritamente bancária trouxe duas conseqüências básicas: em primeiro lugar, o Banco volta sua atenção aos segmentos de maior renda e maior integração a mercados estáveis da agricultura familiar; além disso, o Tesouro paga ao Banco do Brasil um prêmio – que vai se tornando tanto maior quanto mais se amplia a base social do PRONAF – por lidar com um público diferente de sua clientela habitual.

Conforme o regulamento da Associação da Agricultura Familiar, no que diz respeito aos laticínios, só irão se beneficiar dessa alternativa quem estiver regularizado no SIM (Serviço de Inspeção Municipal), SISP (Serviço de Inspeção do Estado de São Paulo) ou SIF (Serviço de Inspeção Federal). Essa iniciativa está sendo considerada como um grande incentivo para que alguns produtores saiam da informalidade, respeitando as especificações legais e atendendo a critérios exigidos para garantir a qualidade do produto e a segurança do consumidor.

Segundo os proprietários do laticínio, o apoio público à pequena agroindústria

está sendo a esperança de muitos produtores familiares, pois um dos problemas da maioria deles é o local para comercializar sua produção. O fato de ter leite e derivados vai ser um grande incentivo também para produtores familiares de leite, pois esse tipo de projeto raramente envolve produtores de leite. Para o cliente também vai ser bom, pois encontrará produtos lácteos, não precisando assim ir até outro estabelecimento para terminar a compra da semana

De acordo com os proprietários, o maior concorrente do laticínio é o leite informal, sendo de grande circulação na cidade de São Carlos.

A informalidade é uma opção viável para produtores que não têm condições financeiras para se formalizarem. É mais rentável que entregar para cooperativas. Apesar da informalidade prejudicar o andamento do laticínio e ser uma prática prejudicial à saúde da população, entendemos a situação desses produtores, porque para se formalizar no mercado não é fácil, e precisa de capital, e nem sempre eles conseguem algum tipo de empréstimo e assistência técnica na produção do leite e no gerenciamento do laticínio.

Segundo Schneider (1999), em Santa Catarina, existiu uma associação denominada Associação de Municípios do Vale do Itajaí, em que as Prefeituras da região criaram uma área de livre comércio entre os municípios e investiram em *marketing* junto à população, para que valorizassem produtos da região, divulgando os benefícios dessa iniciativa. Para acompanhar e orientar este trabalho com os produtores, a Associação estruturou uma equipe técnica, e o alvará de funcionamento para o estabelecimento estava condicionado à adequação dos produtores às exigências em estrutura física, funcionalidade e higiene, determinada pela equipe técnica. Restava saber se, para o produtor familiar, essa iniciativa seria interessante o suficiente para que passasse a ser um microempresário, e assumisse todas as exigências quanto à estrutura física e produtiva para viabilizar o empreendimento. Embora tenha surgido como alternativa interessante de apoio à produção familiar, o projeto acabou não dando certo. Uma das explicações para isso, segundo Schneider (1999), vem da falta de recursos financeiros para auxiliar esses produtores quanto às exigências físicas e quanto ao apoio técnico e gerencial.

Muitas tentativas de promover a modernização e mudanças no sistema de produção dos produtores familiares têm fracassado por não reconhecerem as condições reais dos mesmos – disponibilidade de recursos, nível de qualificação, acesso ao mercado, assistência técnica, falta de organização (associação ou cooperativa), etc. Cria-se uma estrutura econômica ineficiente, cujo rendimento é inferior ao previsto, e que se agrava devido ao desnível entre o fluxo de capital de giro, requerido para manter o processo de trabalho, e os recursos disponíveis. Uma vez esgotados os recursos externos que financiam tais inovações, muitas áreas e práticas são simplesmente abandonadas por causa da impossibilidade de sustentar os gastos exigidos (EMBRAPA, 2004).

É interessante salientar, ainda, que existe uma série de problemas que interferem na produtividade e na

qualidade da produção: qualidade da matéria-prima, dimensionamento e desenvolvimento de equipamentos e instalações adaptadas às condições locais e aos volumes de produção, racionalização dos processos, higiene, profissionalização das pessoas, uniformidade dos produtos, gestão dos empreendimentos, dentre outros. Não se pode subestimar o fato de que, nessas unidades, o produtor e seus familiares assumem todas as funções da cadeia produtiva. De simples produtores de matéria-prima, passam a desempenhar funções polivalentes que vão desde a de pequenos empresários até a de vendedor, com todas as dificuldades que isso comporta (OLIVEIRA et al., 1999). Logo, não basta implantar essas unidades, mas é necessário, desde o início, pensar em introduzir estratégias que permitam o desenvolvimento, a ampliação e a sobrevivência dessas iniciativas.

O leite cru e o longa vida têm sido fortes concorrentes do leite pasteurizado.

Já tentamos colocar na embalagem do leite algumas informações ao consumidor quanto às diferenças entre o leite pasteurizado e o longa-vida, mas fomos barrados. Diante disto, investimos em marketing por meio de jornais de circulação na cidade de São Carlos e rádio, mas também temos procurado ir às escolas divulgar a marca e distribuímos para as crianças um folheto montado por nós, explicando as diferenças do leite pasteurizado e do leite longa-vida. Acho que essa conscientização também deveria ser realizada pela prefeitura quanto ao leite cru, pois a sociedade não tem conhecimento do que significa esse tipo de leite, achando que é o mais saudável.

Ao finalizar a entrevista, foi enfatizado o interesse de se formar uma associação com as miniusinas da EDR de Araraquara, pois acham que seria uma maneira de fortalecer a atividade.

3.2 Miniusina B

A miniusina está localizada no município de Ribeirão Bonito, na zona rural, a 7 Km da cidade. O laticínio foi fundado no ano de 1998, por apenas um produtor, que tinha por objetivo abrir uma agroindústria para a filha (Engenheira Agrônoma) e isso, dentro da própria propriedade rural. Trata-se de um produtor (propriedade menor que 50 ha), que não tem a propriedade rural como atividade principal.

A sua produção é diversificada, com cana-de-açúcar, gado de leite e de corte. A alimentação das vacas consiste em pastagem não adubada e cana-de-açúcar no

inverno. A coleta de leite é manual e realizada por um funcionário contratado que reside na propriedade. Segundo Scalco (2004), vale ressaltar que não é pelo fato da propriedade utilizar ordenha manual que o leite seja de baixa qualidade. O que caracteriza o leite de baixa qualidade são os procedimentos de higiene na ordenha, o armazenamento inadequado do leite ou o gado estar contaminado.

Antes de montar a miniusina, o leite era escoado para uma grande empresa privada localizada na cidade de Araraquara, e o valor pago pelo litro de leite, em geral, não cobria os custos de produção. Outra motivação para se montar a miniusina envolvia a agregação de valor ao leite saindo, assim, das mãos das grandes empresas que ditam os preços. Diante disso, o proprietário resolveu fazer algumas visitas a laticínios e fábricas de lingüiça, declarando ter optado por montar um laticínio pela seguinte razão:

Há dez anos atrás, os órgãos de defesa do consumidor começaram a se fortalecer, exigindo uma maior qualidade dos alimentos. Na minha pesquisa, constatei que a carne estragada consumida pelo ser humano pode levar à morte muito mais fácil do que o leite estragado, que pode causar apenas diarreia ou vômito, e por isso optei pelo laticínio, pois correria menos riscos.

O laticínio começou a funcionar de maneira informal, permanecendo assim por três anos. Em 1998, foi registrado no SISP (Serviço de Inspeção do Estado de São Paulo) como miniusina. Após pesquisa de mercado realizada pelo proprietário, foi detectado que a produção de queijos seria mais rentável, uma vez que já havia uma oferta muito grande de leite pasteurizado no mercado. Ele começou a produzir queijos tipo Mussarela, Minas Frescal e Ricota. No ano de 2001, foram introduzidos os tipos Ricota, Mussarela e Minas Frescal, com leite de búfala. A projeção é de produzir, em 2006, queijo Parmesão.

Com o aumento da demanda pelos produtos da marca, os proprietários começaram a comprar leite de pequenos produtores da região. A coleta se dá de forma terceirizada, e a miniusina fica responsável pelo pagamento do frete.

O laticínio possui veterinário contratado, mas não dá assistência técnica aos produtores que fornecem leite para o mesmo. O leite fornecido nem sempre é de boa qualidade, tendo, às vezes, que ser descartado pela presença de microorganismos e algumas vezes por estar misturado com água.

A empresa, atualmente, possui um canal de comercialização conquistado pela boa aceitação da marca nas cidades de Araraquara, Matão, Ibaté, São Carlos e Américo Brasiliense. Os produtos são entregues às padarias, supermercados de médio e grande porte e hotéis. A distribuição é feita em caminhão fechado e com refrigeração, pertencente ao próprio laticínio. As entregas ao varejo não são terceirizadas por causa do cuidado com o acondicionamento dos produtos nos pontos de vendas e para obterem um retorno da aceitação do seu produto pelos consumidores finais.

Os maiores concorrentes são os produtos fabricados em Minas Gerais, principalmente os de Poços de Caldas, por já haver um marketing construído sobre os queijos mineiros.

Quanto a incentivos políticos, o proprietário afirmou que nunca pôde contar, pois já fez diversos projetos para conseguir empréstimos junto ao FEAP (Fundo de Expansão da Agropecuária Paulista) e nunca foram aprovados.

A nossa maior luta é para que os grandes laticínios não comprem o meu. Até agora estou conseguindo sobreviver, mas sei que preciso me especializar melhor na produção de leite, na minha propriedade, para daqui a algum tempo não precisar depender de matéria-prima de terceiros.

O proprietário alega que

a Prefeitura de Ribeirão Bonito nunca se manifestou nem para arrumar a estrada de acesso à miniusina, que é de terra, e em períodos chuvosos não passam veículos, tendo que ser feita essa melhoria por mim mesmo.

Os proprietários, pai e filha, demonstraram interesse em fazer parte de uma associação de produtores de leite e derivados, pois acreditam que essa seria uma alternativa viável para o setor. Achem que “o que precisa é alguém para mediar essa alternativa”.

3.3 Miniusina C

A mini-usina C está localizada a 15 Km do município de Descalvado/SP. Foi fundada no ano de 1993, por quatro irmãos, como atividade secundária de uma empresa de grande porte no país com produtos tipo exportação de máquinas agrícolas e rações diversas. A idéia de montar a miniusina surgiu pelo fato da família já possuir a propriedade rural e o rebanho. O objetivo era agregar valor ao produto (leite) além de sair das mãos das cooperativas,

que ditavam preços aos produtores. Segundo os proprietários da miniusina, a idéia de montá-la foi pelo seguinte:

Há doze anos, muitos produtores de leite começaram a montar laticínios a fim de agregar valor ao leite e sair das mãos das grandes cooperativas brasileiras e empresas multinacionais, que estavam ditando todo o andamento do negócio do leite, sendo que o valor recebido pelo leite não cobria nem os custos de produção.

Nessa época, eles começaram a presenciar muitos produtores falindo sem ter condições de se sustentarem apenas com a atividade leiteira, obrigados a mudar de atividade ou vender a propriedade e se mudar para a cidade. Esses produtores, na época, não tinham outro tipo de produção a não ser o leite. Muitos deixaram a atividade e começaram plantar laranja e outras culturas, mas segundo os proprietários, muitos desses produtores, que continuaram na atividade, vendo-se em situação difícil, começaram a vender leite cru de maneira informal. Outros não voltaram a produzir leite, colaborando com a escassez da matéria-prima na região, o que acabou prejudicando a miniusina. Outros, ainda continuam na informalidade, o que constitui um problema de concorrência para a miniusina, pois entregam o leite atualmente para consumidores finais, restaurantes e sorveterias, tomando, inclusive, antigos clientes do laticínio.

A miniusina possui três funcionários e processa 350 litros de leite tipo C por dia, mas tem capacidade para processar 1.500 litros/dia. O leite processado é repassado para padarias e pequenos mercados por um atravessador que faz o transporte do produto em Kombi ou caminhão baú não refrigerado. Segundo os proprietários,

às vezes recebemos reclamações do leite que azedou antes de vencer a validade, aí trocamos o produto, mas isso se dá pelo mau acondicionamento do produto, desde o atravessador até os varejos que não prezam pela conservação do produto.

Os proprietários sabem que tais procedimentos comprometem a marca do produto, mas se mostram desanimados com o setor.

Achem que um dos problemas que compromete a miniusina é a falta de eficiência na propriedade. Enfrentaram um problema, em que 70% das vacas pararam de produzir leite, ficando apenas com 30% das vacas em

lactação e, como consequência, comprometeu a eficiência do laticínio, uma vez que não compram leite de terceiros. Contrataram assistência técnica e o problema já está sendo solucionado, mas tudo isto gasta tempo e dinheiro.

Em relação a incentivos políticos, nunca puderam contar com nenhuma linha de empréstimo do governo. Quanto à Prefeitura, nunca receberam nenhum tipo de incentivo e desconhecem projetos voltados para o setor.

A Prefeitura poderia ajudar bastante se fiscalizasse a quantidade de leite informal comercializado na cidade, mas nem isso ela faz.

O laticínio é registrado no SISP que, segundo os proprietários, na maioria das vezes, atém-se a detalhes na estrutura física do laticínio e já chegam querendo multar.

Daqui a algum tempo, apenas as grandes empresas vão se manter no mercado, e a entrada das grandes multinacionais no Brasil vão forçar até mesmo as grandes empresas nacionais a fecharem as portas”.

3.4 Miniúsina D

A miniúsina D está localizada na zona rural, a 12 Km da cidade de Tabatinga/SP. Foi fundada no ano de 2000, por dois produtores, pai e filho, que tinham por objetivo ter uma atividade em que pudessem trabalhar. Trata-se de um médio produtor, atualmente produzindo 700 litros de leite/dia, tendo a propriedade rural (230 ha) e a miniúsina como principal fonte de renda para o sustento da família.

A atividade da propriedade é quase exclusivamente pecuária leiteira, tendo algumas galinhas poedeiras e horta para consumo próprio. A coleta de leite é feita com ordenhadeira mecânica, realizada com mão-de-obra contratada. A alimentação do gado consiste de pastagem não adubada e cana-de-açúcar no período da seca. Antes de se montar o laticínio, o leite produzido na propriedade era vendido para uma cooperativa de médio porte, situada na cidade de Itápolis. Nunca tiveram problemas quanto a preço ou falta de pagamento, pois o montante de leite que era entregue (700 litros/dia) era compensatório para a cooperativa, o que dava aos produtores poder de barganha no preço final do produto.

Quando houve a idéia de montar a miniúsina, os atuais proprietários, pai e filho, reuniram os pequenos produtores de leite da região de Tabatinga e Ibitinga, e

fizeram a proposta de montarem uma cooperativa, no qual os produtores estariam entregando o leite produzido para a miniúsina, mas não teriam nenhuma participação na mesma. A idéia era dos produtores se juntarem para comprar matéria-prima, obter assistência técnica e melhorar a eficiência da produção na propriedade rural. Os produtores não acharam a proposta compensatória pois queriam alguém que fosse neutro às duas atividades para mediar a negociação. Segundo um dos proprietários da miniúsina,

ainda temos interesse em que esses produtores se organizem em cooperativa, para que o laticínio pegue o leite deles, para podermos diversificar a produção com iogurte, bebida láctea e outros derivados do leite. Ajuda também porque elimina algumas rotas na coleta do leite.

O laticínio utiliza leite próprio, mas também capta de três pequenos produtores (cada um produz até 100 litros/dia). A captação do leite é terceirizada e o próprio produtor paga pelo frete. Segundo os proprietários do laticínio,

queremos aumentar a produção do laticínio, mas os produtores da região estão optando por produzir laranja e quando produzem leite, preferem vender de maneira informal ou fazer derivados, como queijos e doces, e vender também na informalidade. O laticínio tem interesse em aumentar a produção, mas não conseguimos empréstimo que seja viável, pois os juros de banco são muito altos. Esses empréstimos seriam necessários para aumentar a produção de leite na fazenda, para não dependermos de outros produtores.

A produção atual do laticínio consta de leite pasteurizado tipo C, e tem como projeto produzir iogurte e bebida láctea, para utilizar a sobra do leite em algumas épocas. Já entraram em contato com os pontos de venda de leite pasteurizado, que manifestaram interesse em comercializar o iogurte e a bebida láctea da mesma marca. Entregaram ao SISP a documentação necessária para produção de iogurte e bebida láctea, com as embalagens dos produtos, mas o processo de aprovação é muito burocrático, levando em média um ano para ser aprovado.

O laticínio é registrado no SISP, mas os proprietários fizeram a seguinte colocação:

As exigências do SISP são muito grandes quanto à estrutura física do laticínio, embalagem do leite e derivados, mas fiscalizam muito pouco a qualidade do produto, e existem laticínios por perto que têm um leite de péssima qualidade e o SISP não vê e não pega também as pessoas que vendem de maneira informal, mas gostam de multar porque falta um pouco de pedra no quintal. Após a produção do iogurte ser liberada, não vão até o laticínio fazer uma fiscalização preventiva, ou ver se o iogurte está com boa qualidade, mas ficam doidos para multar por motivos como a falta de um azulejo na sala do veterinário. Não adianta só cobrar e exigir, tem que ensinar também. O que revolta é que as exigências são apenas para quem produz leite, mas quem produz doces - como doces de frutas, entre outros - são poucas as exigências quanto à qualidade. Quem produz alimentos, em geral, não tem tantas exigências quanto para quem produz leite pasteurizado. Parece que dificultam ao máximo, para não dar certo.

O laticínio possui um veterinário contratado, porém, ele não presta assistência técnica aos produtores que fornecem leite. A empresa, atualmente, tem um canal de comercialização conquistado pela boa aceitação da marca, nas cidades de Tabatinga e Ibitinga. Os produtos são entregues a padarias, supermercados de grande e médio porte e restaurantes. A entrega é feita em caminhão fechado com refrigeração, pertencente ao próprio laticínio, por um funcionário da empresa contratado para essa função. Não é realizado um programa de conscientização nos pontos de venda quanto aos cuidados do manejo com o produto, uma vez que um problema, existente no varejo, é a permanência do leite durante toda a manhã em caixas, fora dos refrigeradores, o que compromete a qualidade do leite que, segundo Scalco (2004), envolve atributos de ordem físico-químico (temperatura do produto) e organolépticos (cor, aparência, sabor e textura).

Quanto a incentivos políticos, foi citada a doação feita pela Prefeitura de Tabatinga do terreno em que atualmente funciona a miniusina. Por outro lado, desconhecem programas de empréstimos do governo voltados para o setor de agroindústrias.

Já tentamos junto ao Banco de Brasil, mas os juros eram muito altos e não compensava. A finalidade do dinheiro era para melhorar a produção de leite na propriedade e comprar maquinários para o laticínio.

A miniusina possui concorrentes, como os laticínios de Itápolis e Catanduva, que produzem leite pasteurizado e longa-vida, e, quando da negociação no varejo, impõem a compra do leite pasteurizado, juntamente com a compra do longa-vida. Há também concorrentes como o leite cru, que circula livremente no mercado.

O leite longa-vida é uma das maiores ameaças aos produtores de leite pasteurizado. As grandes empresas têm oferecido esse tipo de leite ao mesmo preço ou a preço inferior ao do leite pasteurizado. Segundo o proprietário do laticínio,

uma das vantagens do leite de caixinha é que as pessoas compram juntamente com a compra do mês nos supermercados e dão cheques pré-datados. Já o leite pasteurizado não pode ser estocado, e nem sempre o cliente tem o dinheiro todos os dias para pegar o leite na padaria. Existem também muitas propagandas do leite longa-vida na televisão e quanto ao pasteurizado não existe nenhum tipo de marketing.

Outro forte concorrente ao leite pasteurizado é o leite cru ou “leite de caneca”. Segundo um dos proprietários da miniusina,

as cidades pequenas têm ainda a cultura de comprar o leite cru e isso atrapalha muito os laticínios. As pessoas acham que o leite cru é puro e mais forte. Esse pessoal desconhece o que é a pasteurização. A sociedade precisa ser informada sobre o que é o leite pasteurizado e seus benefícios, o que é o leite longa-vida e o leite cru.

Na opinião deles, uma das principais barreiras para o setor de laticínios é a falta de incentivo dos governos federal, estadual e municipal, principalmente quando se trata de pequenos laticínios privados (miniusinas), quanto aos impostos e aos créditos voltados para o setor. É necessário também que o governo invista em *marketing* informando ao consumidor o que é o leite pasteurizado, o longa-vida e o informal.

Afinal de contas, o consumidor tem direito de saber o que está consumindo.

3.5 Miniusina E

A miniusina E está localizada na zona rural, a 2 Km da cidade de Matão/SP. Foi fundada no ano de 1996, por três irmãos que já trabalhavam com a produção de leite na

propriedade rural do pai (120 ha), e suas atividades foram encerradas em dezembro de 2004. Segundo um dos ex-proprietários, montar a miniusina foi a realização de um sonho antigo, em que os objetivos eram processar o leite produzido na propriedade e não mais depender de outros laticínios. A produção própria de leite chegava a 1.500 l/dia, sendo a principal fonte de renda da família.

A atividade da propriedade era quase que exclusivamente pecuária leiteira, tendo algumas galinhas poedeiras e horta para consumo próprio. A coleta de leite se dava com ordenhadeira mecânica, realizada por mão-de-obra contratada. A alimentação do gado consistia em pastagem nativa e cana-de-açúcar no período da seca. Antes de se montar a mini-usina, parte do leite produzido na propriedade era escoado para uma cooperativa de médio porte da região. A parte que não era entregue, era vendida de maneira informal, na forma de leite cru, queijos e bebida láctea. A comercialização era fácil, pois já havia os fregueses certos, desde donas de casa a pequenos varejos, e a demanda crescia a cada dia. Quando a atividade começou a crescer, decidiram regularizar o registro junto ao SISP. Segundo um dos proprietários,

quando começamos a pasteurizar o leite, colocar na embalagem com todas as exigências do SISP, e isso também com a bebida láctea e o queijo, a população parou de comprar, pois não era mais leite do sítio e sim industrializado. O problema é que o povo não tem informação sobre o que é pasteurização, e acham que o leite cru e os derivados, sem inspeção, são mais saudáveis.

A miniusina chegou a processar 5.000 l/leite/dia, nas formas de leite tipo B e C, iogurte e bebida láctea. Desse leite, 1.500 litros eram produção própria e 3.500 eram comprados de outros produtores da região, inclusive de assentados rurais. “Até dezembro/2004 estava pagando R\$ 0,50, pelo litro de leite, sem nenhum desconto. “Sempre paguei valor de mercado e na data combinada, e nunca tive reclamações junto aos produtores”. A própria miniusina era responsável pela captação do leite e distribuição nos pontos de varejo, em cidades como Matão, Araraquara, Itápolis, Borborema, Ibitinga, Jaboticabal, Rincão e Américo Brasileiro. A miniusina possuía 5 caminhões, sendo 2 abertos para a coleta de leite em latões e 3 caminhões-baú térmicos, para distribuição ao varejo.

O carro-chefe era o iogurte e a bebida láctea, tanto no volume de venda quanto no lucro. O leite pasteurizado tinha muita concorrência, sendo os principais o leite longa-vida e o leite cru.

Da maneira como vão as coisas, a tendência do leite pasteurizado é acabar, pois antes a concorrência era com as diversas marcas de pasteurizado, mas agora concorrer com o longa-vida ficou difícil. Quem dera que a sociedade soubesse o que é leite longa-vida e o pasteurizado, mas falta informação.

Segundo os proprietários,

as exigências do SISP são muito grandes quanto à estrutura física do laticínio e à qualidade do produto, porém não se disponibilizam informações para que resolva-se os problemas, chegam e querem multar. [...] Em uma determinada época o SISP dispunha de uma fiscal que entendia de leite e nos ensinava como trabalhar, mas depois colocaram outros veterinários que só queriam multar.

Quanto a incentivos políticos, a miniusina E entregou leite pasteurizado durante seis anos para o Programa Viva-Leite, o que foi feito por licitação. Quanto a empréstimos do governo e incentivos da prefeitura, nunca foram disponibilizados.

As razões para o fechamento da mini-usina foram pela concorrência com o leite longa-vida e o leite cru, o alto custo operacional da atividade e as grandes exigências do SISP. Com o fechamento da miniusina, deixou-se de produzir leite na propriedade rural, mudou-se de atividade, para não mais ficar nas mãos dos laticínios.

Em janeiro de 2005, os proprietários resolveram montar uma fábrica de sorvetes, seguindo as normas do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária. Para se produzir sorvete captam 500 l/leite/dia de alguns produtores familiares, uma vez que desistiram de produzir leite na propriedade rural. “A intenção é de nunca mais trabalhar com laticínios e nem com produção de leite, e estamos satisfeitos assim”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permanecem ainda muitos obstáculos para a implantação de atividades como miniusinas de leite. Atualmente, um dos principais entraves encontrados pelos produtores familiares é o acesso ao crédito. Embora existam linhas de financiamento exclusivas para atividades de agroindustrialização praticadas pelos produtores familiares, as exigências, especialmente no que se refere à garantias, impedem o acesso aos recursos financeiros pelos que mais têm necessidade deles. Há insatisfação com os preços

praticados e inexistem incentivos para a produção de leite, dada a falta de políticas para o setor. Além da venda clandestina, muitos produtores de leite acabam buscando outras atividades agropecuárias mais atrativas em termos de rentabilidade, como a cana-de-açúcar e a bovinocultura de corte, deixando a atividade leiteira em segundo plano ou até mesmo abandonando-a. A safra de pecuaristas da atividade tem culminado com o aumento da dependência da região, com produtos lácteos oriundos de outros lugares, com a queda nas arrecadações estadual e municipal, e com o aumento do desemprego no setor rural da EDR de Araraquara. Sugere-se uma maior integração entre produtores de leite, institutos de pesquisa, prefeituras, etc; principalmente, pela formulação de políticas públicas para o setor. Há necessidade de algumas políticas para fortalecer a produção familiar, tais como: incentivos a formas associativas na produção, armazenamento e acesso a mercados; capacitação e treinamento dos produtores, e articulação das políticas específicas para a produção familiar com ações voltadas para o fortalecimento das economias locais.

Um dos principais entraves encontrados pelos produtores familiares foi o acesso ao crédito. Embora existam linhas de financiamento exclusivas para atividades de agroindustrialização, as exigências, especialmente no que se refere à garantias, impedem o acesso aos recursos financeiros pelos que mais têm necessidade deles. Há insatisfação com os preços praticados e inexistem incentivos para a produção de leite, dada a falta de políticas para o setor.

O livre curso das forças de mercado tende a desperdiçar vocações e capacidades que as políticas públicas têm a missão de estimular, como a criação de novos mercados que evidenciem capacidades regionais, com produtos cujas imagens resgatem conhecimentos e modos tradicionais de fabricação. O estímulo à capacidade de buscar respostas e executá-las cooperativamente, a criação de um clima de confiança entre os atores sociais, e o respeito à cultura local criam energias comunitárias e organizacionais que podem levar adiante amplos processos de construção. Para haver sustentabilidade econômica, precisa-se de políticas públicas locais.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.
- BOISIER, S. **Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector público**. Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1995. (Documento CPRD-95).
- CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDAS, E. L. **Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento – CINPRA: pesquisa: aspectos econômicos das experiências de desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Polis, 2001.
- CAMPEÃO, P. **Sistemas locais de produção agroindustrial: um modelo para a competitividade**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- CIPOA. **Relatório de micro e miniusinas de leite do Estado de São Paulo**. [S.l.: s.n.], 2004. Mimeografado.
- DUARTE, L. M. G. Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. de S. (Orgs.). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998. p. 11-22.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Pesquisa e desenvolvimento: subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira**. Brasília, DF: Embrapa-SPI/Petroloina-CPATSA, 1998. 40 p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Leite (Juiz de Fora, MG). **Produção, industrialização e comercialização: indústria**. Disponível em: <<http://www.cnpq.embrapa.br/producao/industria.php>>. Acesso em: 8 nov. 2004.
- FAO. **Avaliação e planejamento de atividades para o desenvolvimento sustentado nos assentamentos do Estado de São Paulo**: documento técnico. Brasília, DF, 1996.
- FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**: versão preliminar. Brasília, DF, 1994.
- GERLACH, F. R. **Impactos do associativismo na pecuária leiteira paulista**: estudos de caso. São Carlos: UFSCar, 2004. 166 p.

HERRERA, V. É. **A reestruturação agroindustrial láctea no Brasil e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto/SP**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ranking da produção anual leite por estado no Brasil**. 2004. Rio de Janeiro: Embrapa Gado de Leite. Disponível em: <<http://www.cnpq.embrapa.br/producao/producao.php>>. Acesso em: 16 jun. 2006.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Salvador: UFBA, 2002. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>. Acesso em: 16 jun. 2006.

MIRANDA, C. R. A suinocultura no oeste catarinense e o desenvolvimento sustentável. **Suinocultura Industrial**, [S.l.], ano 21, n. 140, ago./set. 1999.

MONTE, F. S. S. **Efeitos da implantação do complexo industrial e portuário do pecém-ce na qualidade de vida das famílias rurais da região**. Fortaleza: UFC, 1999. 144 p.

OLIVEIRA, J. A. V. et al. **Avaliação de potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPAGRO, 1999. 75 p.

SANTOS, B. S. Os caminhos da teoria crítica. In: CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DO COLÓQUIO COMEMORATIVO DOS 20 ANOS DA REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA NO FIM DO SÉCULO – A REINVENÇÃO DA TEORIA CRÍTICA, 1999, Coimbra. **Anais...** Coimbra: [s.n.], 1999.

SCALCO, A. R. **Proposição de um modelo de referência para gestão da qualidade na cadeia de produção do leite e derivados**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

VIEIRA, M. C. **Avaliação econômica de micro e miniusinas de leite – Dira de Marília**. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura de Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1999.